



Teoria das Materialidades da Comunicação: Articulação Teoria e Aplicação Nos Estudos Da Mídia¹

Nayana Gurgel de MOURA²

Ana Beatriz Alves de ARAUJO³

Michael Manfred HANKE⁴

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, RN

RESUMO

O presente artigo aborda a utilização da Teoria das Materialidades da Comunicação, desenvolvida por Hans Ulrich Gumbrecht originalmente para a Literatura, nos estudos da Comunicação, mais especificamente na análise de estruturas materiais da mídia e de sua possível produção de sentido, usando como exemplo de aplicação a mídia revista. Acreditamos que esta abordagem permite a pesquisa de objetos comunicacionais em sua interação com o público e entre suas diversas partes, como cores, formas, capas e miolos; antes de se inferir maior importância ao sentido estabelecido ao seu conteúdo.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria das Materialidades da Comunicação; Comunicação; Produção de Sentido; Mídia; Revista.

Introdução

A Teoria das Materialidades da Comunicação não abre nenhum precedente ao ser adotada, por pesquisadores da Comunicação, após ter nascido no seio dos departamentos de Literatura, uma vez que isso já vem acontecendo com uma certa frequência e com bastante sucesso. Como exemplo, temos a Estética da Recepção, por Hans Robert Jaus, nos anos 1960, como afirma Felinto (2001), assim como os *Cultural Studies*, que atualmente figuram com notável prestígio pelos nossos departamentos.

Entendendo a Comunicação como algo que percorre as esferas da sociedade e da cultura, entrelaçando em grande ou em pequena escala as atividades humanas, neste

¹ Trabalho apresentado no DT 08 – Estudos Interdisciplinares do XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 12 a 14 de junho de 2013.

² Mestranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN, email: nayana_gm@hotmail.com.

³ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ambiente, Tecnologia e Sociedade, UFRSA, email: beatrizufersa@gmail.com

⁴ Orientador do trabalho, professor do Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da UFRN, email: michaelhankebeaga@yahoo.com.br



sentido apreendemos a comunicação em si e o campo de estudo da Comunicação, como sendo complexo e interdisciplinar.

A partir desta perspectiva observamos a riqueza proveniente de se estar na intercessão de diversos saberes, evitando assim, o recorte inflexível de seus objetos de estudo e da não aplicabilidade de teorias de outras áreas, como da Literatura, por exemplo. Teorias as quais podem vir a serem usadas em favor de análises no âmbito comunicacional.

Esta forma de se encarar a Comunicação, em constante diálogo com outras áreas, segundo Felinto (2006), fortalece a luta contra os impulsos classificatórios observados atualmente no âmbito acadêmico. A interdisciplinaridade entre as teorias da Comunicação e os estudos Literários, representados aqui pela Teoria das Materialidades da Comunicação, demonstra uma forma produtiva e real de se fazer jus a complexidade do campo.

A Teoria das Materialidades da Comunicação teve origem nos estudos da Literatura Comparada em Stanford, por volta dos anos 1980. Tendo como principal articulador Hans Ulrich Gumbrecht, que junto com um grupo de pesquisadores europeus e norte-americanos, esboçaram o programa de pesquisa que tomou forma por meio de artigos publicados anteriormente, na Alemanha em 1988, e que partilhavam o mesmo tema.

Estes artigos foram produzidos no contexto do colóquio denominado Materialidades da Comunicação, ocorrido na primavera de 1987 em Dubrovnik (antiga Iugoslávia), organizado por Gumbrecht e por Karl-Ludwig Pfeiffer, enquanto eram diretores do Centro de Estudos Avançados em Pós-Graduação na cidade de Segen, Alemanha. Neste colóquio participaram, segundo Hanke (2005), pesquisadores nacionais e estrangeiros de diversas disciplinas, destacando-se os de Letras e Ciências Sociais.

Esta teoria, segundo Felinto (2001), apresenta a produção de Derrida como uma de suas referências iniciais. Acompanhando pelo igualmente citado por Gumbrecht (2010), Walter Benjamin, por sua celebração dos “toques físicos imediatos dos objetos culturais” e, nem tanto, pela sua adoção ao marxismo. Ainda seguindo os passos iniciais desta teoria encontramos ligações com a Teoria dos Sistemas de Niklas Luhmann e com a Ecologia da Mídia, que tem origem com Marshall McLuhan, ambos referidos por Hanke (2005).



1. Conceitos da Teoria das Materialidades da Comunicação

A premissa básica da Teoria das Materialidades da Comunicação, apresentada no texto de André Lemos (2010), afirma que toda comunicação se efetiva a partir de suportes materiais, que deveriam ser estudados antes de serem interpretados ou abstraídos de suas características materiais. Em outras palavras, “pretende indagar sobre as condições, o lugar, o suporte e as modalidades de produção de sentido, que, por si, são isentos de sentido” (HANKE, 2005, p. 2).

Para Gumbrecht (1994, apud LEMOS, 2010, p.6) devemos reconhecer a função dos artefatos e dos atores sociais, sendo contra a imaterialidade da comunicação. Ressalta ainda que o sentido não deve se sobrepor ao suporte e que a interpretação dos processos de comunicação pode sim ser feita, uma vez que se leve em consideração o papel desempenhado pela materialidade dos meios, “a materialidade e o sentido desenvolvido a partir dela são considerados inseparáveis” (HANKE, 2005, p.7).

O grupo de pesquisa da Universidade de Stanford, dedicado aos estudos das materialidades da comunicação têm construído um campo epistêmico e objetos de análises diversificados. Entretanto, observamos nas obras de Gumbrecht e Kittler uma especial ligação ao campo da Comunicação.

1.1 Destemporalização, Destotalização e Desreferencialização

Para este artigo adotaremos três premissas apresentadas por Gumbrecht (1998a), que caracterizam a situação atual como o tempo pós-moderno. Essas premissas também caracterizam o campo não hermenêutico, são elas: a destemporalização, a destotalização e a desreferencialização. Segundo Gumbrecht (1998a), estas premissas nos levam a crer que o mundo é cada vez menos centrado na figura do sujeito, sendo por sua vez, cada vez mais flutuante e menos estruturado.

Antes de prosseguir com a explanação das premissas citadas acima, uma desambiguação se faz necessária, no sentido de elucidar o motivo desta teoria ser pós-moderna (como já foi citado) e não ser ao mesmo tempo. Simplificando, ela seria pós-moderna no sentido de que “surge como resposta à crise histórica da modernidade e tenta solucionar questões que podiam aparecer em plenitude apenas diante de um novo ambiente cultural e material” (FELINTO, 2001, p. 6). Entretanto, ela não seria, por



acreditar ser possível a teorização rigorosa dos fenômenos sociais e culturais da pós-modernidade.

Segundo Gumbrecht (1998a), o tempo representa um fluxo contínuo, que parte do passado rumo ao futuro, sempre certo. A destemporalização em uma situação pós-moderna, apresenta um futuro temido e/ou bloqueado, onde o presente se estabelece de forma inflexível, sem fim. Gumbrecht (1998b) associa este efeito ao da de-subjetivação, que corresponde ao enfraquecimento ou neutralização do papel de agente observador incorporado pelos indivíduos desde o século XVIII, entretanto sem perder a sua complexidade e sofisticação; uma vez que o futuro não é mais moldado pelas circunstâncias do presente e até mesmo as decisões racionais perdem a força frente a as possíveis consequências indesejadas decorrente delas, culminando na de-subjetivação.

A destotalização diz respeito a não adoção de uma universalidade nos conceitos e ideias, adotando o caráter regional e limitado das teorias. Com isto, Gumbrecht (1998a) afirma a não possibilidade do uso de termos como “natureza humana” ou “razão humana”, evitando desta forma grandes abstrações, recorrentes no período denominado de modernidade.

E, por fim, a desreferencialização, que consiste nas perdas das “certezas” referentes às nossas percepções do mundo, externo e objetivo. As “tecnologias do virtual” contribuíram de forma direta com essa desnaturalização. Isso acontece segundo o mesmo autor, uma vez que perdemos o contato direto com a matéria, enfraquecendo, assim, o contato dos indivíduos com o mundo externo. Não se referindo, portanto, aos objetos que verdadeiramente constituem o mundo, mas a movimentação em um espaço cheio de representações, que não se aplicam como referências seguras de um mundo exterior (virtualidades).

2. Campo Hermenêutico

Antes de adentrarmos na apresentação do campo não hermenêutico achamos necessário descrever o campo hermenêutico, para que, por meio da comparação entre ambos, possamos enxergar as partes com maior clareza. Gumbrecht (1998a) fala do campo hermenêutico, em detrimento do termo hermenêutica, na tentativa de demonstrar que o que compreendemos por comunicação (na cultura ocidental), a partir do marco da institucionalização da prensa (do século XV até o final do século XX), era baseado em pressupostos não tematizados. De forma que a hermenêutica, como a conhecemos



academicamente, no século XIX, é uma versão atualizada, e por que não dizer, sofisticada, deste apanhado de premissas que remetem ao século XV.

Elas foram sintetizadas, pelo autor, em quatro pontos principais, sendo a primeira premissa referente à capacidade dos sujeitos de atribuir sentidos aos objetos, não sendo o sentido uma qualidade do objeto. A segunda premissa trata da distinção radical entre corpo e espírito, partindo de uma tradição cartesiana em que o espírito é o que realmente importa à comunicação. Em óbvia consequência para Gumbrecht (1998a), temos a terceira premissa, que professa que o espírito conduz o sentido. E por fim, a quarta premissa, onde o corpo como instrumento tanto pode articular, quanto ocultar o sentido. Entretanto, o corpo é encarado como um instrumento secundário, cabendo ao espírito à criação do sentido, função de maior prestígio.

Todas estas premissas juntas dão origem ao que foi chamado por Gumbrecht (1998a), de topologia básica do campo hermenêutico, e sua importância é explicar a relação correspondente entre expressão e interpretação. Assim, o autor demonstra que, quando aparece a palavra expressão em um contexto hermenêutico, a primeira coisa que deve surgir à mente é que o sentido surge do espírito, em outras palavras, no interior da alma, e pode ser expresso em uma superfície, que tanto pode ser o próprio corpo quanto um texto.

A expressão, portanto, é insuficiente, pois sempre está limitada a superfície, apresentando o mesmo caráter secundário do corpo como instrumento. Chegamos, assim, ao paradigma hermenêutico, onde a interpretação se faz sempre necessária perante qualquer expressão. Entendemos por interpretação, segundo Gumbrecht (1998a), a ação que parte da insuficiência da superfície para a profundidade da alma de quem se expressa, resultando em uma identidade entre o que se deseja expressar pelo sujeito e o entendimento do intérprete.

O campo hermenêutico, como demonstrado acima, prezava pela centralidade da interpretação, assim como, o seu desenvolvimento dentro das premissas filosóficas da totalidade, temporalidade e referencialidade. O que caracterizam, por exemplo, o trabalho de Heidegger em *Ser e tempo*, de acordo com Gumbrecht (1998a); além de apresentar reflexos na vivência cotidiana, essas premissas não mais se sustentam, portanto, o campo hermenêutico tornou-se inviável, comprometendo o primado da hermenêutica.

3. Campo não Hermenêutico



Por volta dos anos 1970 e 1980, segundo Gumbrecht (1998a), começou-se a notar alguns questionamentos sobre a centralidade do ato interpretativo. De tal modo, que o campo não hermenêutico pode ser caracterizado pelo autor através da convergência no que se dizia respeito às problematizações do ato interpretativo, associando pontos de vistas bastante distintos, de modo que o mais importante em relação ao campo não hermenêutico, contemporaneamente, é sua absoluta ausência de uma teoria hegemônica.

Gumbrecht (1998a) cita a teoria semiótica de Louis Trolle Hjelmslev em sua relação expressão *versus* conteúdo, na tentativa de elaborar uma cartografia para o campo não hermenêutico, como uma estratégia de apresentação do mesmo, mantendo suas reservas, uma vez que, Hjelmslev é considerado pelo nosso autor como pertencente ao campo hermenêutico.

De modo que, em um sentido geral a expressão seria o significante e o conteúdo o significado. Para Gumbrecht (1998a), o importante nesta abordagem seria a adição de uma segunda divisão, uma que contivesse de um lado a forma da expressão e a substância da expressão, e de outro a forma do conteúdo e a substância do conteúdo.

A utilidade destes quatro campos reside, para Gumbrecht (1998a), no oposto ao que representa em sua origem. Sendo, portanto, um dos maiores atributos do campo não hermenêutico a atual e crescente tendência de se distanciar esses quatro campos. Estando a novidade na aplicação e na possibilidade de se tematizar, o significante sem necessariamente ligá-lo ao significado. Apresentaremos abaixo os quatro campos citados.

A substância do conteúdo representa o estágio anterior à estrutura do conteúdo, sem conceitos formais para descrevê-la, ela se posiciona onde não existem binarismos e onde ainda não temos formas do conteúdo. Consiste na esfera anterior ao que denominamos de sentido. A forma do conteúdo, por sua vez, representa as estruturas por trás da articulação da substância do conteúdo, e ela independe de qualquer interpretação semântica. A sua análise pode, por exemplo, mostrar como se forma a estrutura dos discursos, que em sequência torna possível a articulação das classes do conteúdo, não se interessando pela substância.

As formas da expressão estão diretamente atreladas às materialidades do significante, sem necessária recorrência a semântica. Neste ponto, residem os primeiros



trabalhos referentes às materialidades dos meios de comunicação, indagando como os mesmos afetam os indivíduos que os produzem ou os apreciam.

Para fechar as considerações do autor sobre o campo não hermenêutico, temos as substâncias da expressão, que assim como a substância do conteúdo, representa o não estruturado, neste caso, as materialidades não estruturadas ou definidas. Neste Ponto, investigamos como a “fricção” entre diversas materialidades pode dar origem a certos sistemas, como por exemplo, a escrita em suas diversas formas de articulação.

Em Gumbrecht (1998a), observamos que com o passar do tempo presenciamos o surgimento de muitas teorias que se distinguem pela investigação de um dado campo citado, e os outros são considerados apenas como periféricos em relação a cada pesquisa em particular. Tendo em vista o distanciamento contínuo e o andamento entre estes campos, observamos como consequência direta, a reformulação da questão chave da teoria literária e associada igualmente por nós, à Comunicação; “não mais procuramos identificar o sentido, para logo resgatá-lo; porém, indagamos das condições de possibilidade de emergência das estruturas de sentido” (GUMBRECHT, 1998a, p. 149).

Felinto (2001) levanta uma ressalva importante, propor o campo não hermenêutico, onde a interpretação não é mais uma pedra angular e o sentido não é mais absoluto. Isso não quer dizer que estamos de fato na pós-modernidade, mas sim, que temos uma alternativa, uma vez que a Teoria das Materialidades da Comunicação não apresenta a pretensão de substituir o paradigma hermenêutico (destotalização), apenas que esse conjunto de circunstâncias caracteriza a uma condição pós-moderna.

Prosseguindo nas considerações sobre o campo não hermenêutico apresentaremos alguns conceitos a serem desenvolvidos como parte da resposta de Gumbrecht (1998a) ao trabalho teórico na pós-modernidade. O primeiro deles é o de forma, ele se faz necessária uma vez que surge a seguinte pergunta: como a substância do conteúdo se transforma em forma do conteúdo e a substância da expressão se transforma em forma da expressão, passando ambos de algo não estruturado para a aquisição da forma?

Partindo de uma perspectiva filosófica, “forma é a unidade de diferença entre referência externa e interna” (GUMBRECHT, 1998a, p. 148). De modo que, segundo o autor, ao atribuímos a um objeto a qualidade forma, devemos manter em mente tanto a sua referência interna, quanto externa, pois a ausência de qualquer uma das duas invalidaria automaticamente a outra e, conseqüentemente, a qualidade de forma.



Gumbrecht (1998a) utiliza o exemplo do Eu como sistema, e para que ele seja considerado um sistema, temos de considerar igualmente que os Outros não o sejam. Assim, a linha que delimita o sistema ou abarca o objeto, seria justamente a forma (em termos tradicionais). A parte delimitada pela linha seria a referência interna e todo o resto ao redor dela seria a referência externa. Não tendo como distinguir o que seria interno ou externo à forma, a linha de referência é o único ponto geométrico que determina a unidade entre as duas referências.

O segundo conceito a ser desenvolvido pelo autor é o de acoplagem⁵, que se refere a um processo de interação entre dois sistemas. Ele se faz necessário, mais uma vez, por relacionar-se com a pergunta apresentada anteriormente, além de permitir o entendimento de como a forma do conteúdo e a forma da expressão se associam, dando origem ao que o autor denomina de representação. A teoria da acoplagem se desenvolve em dois níveis, supondo sempre a relação entre dois sistemas.

Gumbrecht (1998a) ainda ressalta a importância das acoplagens ocorridas entre a materialidade de um meio de comunicação, a materialidade de um movimento corporal imposta por um meio de comunicação e o que podemos considerar como produção intelectual (apreensão das formas, articulação da voz, dentre outros).

A acoplagem de primeiro nível se dá da seguinte forma:

Sistema 1 (S1) e Sistema 2 (S2); se no S1 verifica-se um Estado 1 (E1), este E1 condiciona no S2 um Estado 1' (E1'). Por sua vez se o S2 se encontra em situação do E1', então este E1' condiciona o S1 no Estado (E2). Agora se o S1 adota o E1', este passa a condicionar o S2 a um Estado 2' (E2') (GUMBRECHT, 1998a, p. 149).

Este esquema explica como as formas podem se originar das substâncias, notando assim que as substâncias se articulam em formas. Para o autor, este tipo de acoplagem se refere ao que no cotidiano podemos chamar de ritmo, presente na música; acontecendo entre o homem e a máquina; entre o homem e um programa; e igualmente entre um leitor e sua revista.

Ressaltando que a acoplagem de primeiro nível nunca é produtiva, pois ela sempre volta a uma mesma sequência de estados, de modo que, mesmo sendo grande o número de estados possíveis, ele nunca será infinito. Por fim, ela pode prosseguir infinitamente, nunca sendo afetada por um estado novo.

⁵ Conceito proveniente da teoria biológica dos sistemas, desenvolvido por Humberto Maturana e Francisco Varela, de acordo com Felinto (2001).



Em resumo, Gumbrecht (1998a) destaca a importância do ritmo, pois ele acredita que o mesmo constitui precisamente o que definimos como forma. Assim, uma vez obtido o ritmo, podemos dispor de uma estrutura de auto-referência, que ao mesmo tempo conduz a uma referência externa; representando desta forma um teorema capaz de explicar a transformação das substâncias da expressão e do conteúdo para as formas da expressão e do conteúdo.

A acoplagem de segundo nível se caracteriza prioritariamente por sua capacidade produtora, por engendrar estados previamente desconhecidos, sendo infinito o número de estágios possíveis entre os sistemas que participem deste tipo de acoplagem. Sendo, segundo Gumbrecht (1998a) a linguagem humana um ótimo exemplo deste fenômeno, uma vez que cada indivíduo pode elaborar, de forma contínua, enunciados nunca antes executados.

A complexidade inerente as acoplagens de segundo nível permite um estado de auto observação, isso acontece pois ela se origina da acoplagem, mas paradoxalmente aparenta ser independente, ao ponto de permitir a observação de um ponto exterior. Com isso surge a possibilidade da representação, denominada pelo autor como semântica. O estado de auto observação igualmente permite a “ilusão e impressão de realidade” (GUMBRECHT, 1998a, p. 150).

Neste momento, para o autor, o aspecto material é incluído de forma efetiva nas análises, pois ao descrevermos o corpo do leitor em acoplagem com sua revista, consideramos que a forma material da mesma assume papel decisivo na produção de sentidos. Enquanto forma, ao participa da acoplagem, não só produzindo um ritmo cadenciado entre o indivíduo e o objeto, mas quanto ultrapassa essa barreira ao produzir novos estados, por meio de interpretações, aquisição de conhecimento, fruição estética e manipulação da forma.

No contexto que se configura ao longo da apresentação destes conceitos, observamos que a simultaneidade passa a substituir a temporalidade, causalidade e sequencialidade, uma vez que, para Gumbrecht (1998a) as relações no espaço teórico do campo não hermenêutico são caracterizadas pela simultaneidade, relações de *feedback*, e não pelas causas e seqüências. Isto remete, segundo o autor, ao que seria o ocaso do sujeito.

O ocaso do sujeito se baseia no encanto do sujeito moderno pela temporalidade e pela casualidade, que o levavam a ilusão da existência de leis, induzindo-o a crer na possível manipulação de seus efeitos, revelando a posição debilitada em que o sujeito se



encontrava; ao substituir essa mentalidade pela de simultaneidade evoca-se o conceito de contingência.

Isto se faz necessário uma vez que, como todas as teorias possuem pontos cegos, a teoria dos sistemas, igualmente possui o seu, que seria representado pela seguinte indagação: por que se produzem acoplagens? Como esta pergunta continua sem resposta, começamos a perceber o valor da contingência, a qual assimilamos contemporaneamente de duas formas; a primeira delas sendo as acoplagens contingentes, ou seja são eventuais e imprevisíveis, devemos entender que não podemos controlá-las, ressaltando que a humanidade não mais caminha em direção a um ponto determinado (destemporalização), como a posição teórica da modernidade supunha.

E em segundo lugar, para Gumbrecht (1998a), o enfraquecimento da posição do sujeito e a sua não centralidade, em nome do sujeito transcendental, do qual se tratavam de teorias à sistemas políticos, representa uma libertação da “ilusão das leis da necessidade histórica” (GUMBRECHT, 1998a, p. 151) e do desejo de se manejar o futuro.

4. Produção de Presença

O passo seguinte em relação ao desenvolvimento desta teoria foi dado inicialmente e de forma inconsciente por um aluno de Gumbrecht, enquanto ele ministrava um seminário na Universidade do Rio de Janeiro, em meados da década de 1990. Em uma das aulas, o aluno que posteriormente desistiu do curso, sugeriu que os efeitos provenientes das materialidades da comunicação e que não tivessem por base o sentido poderiam ser denominados de produção de presença. Depois deste *insight*, restou uma grande abertura para Gumbrecht desenvolver este e outros conceitos, os quais chegaram ao público brasileiro por meio do livro *Produção de Presença – O que o sentido não consegue transmitir* (2010).

Nesta realidade o termo produção de presença se refere, segundo Gumbrecht (2010), ao feito de tangibilidade dos meios de comunicação (a presença palpável de suas materialidades) que está sempre em constante movimento, e variando ente maior ou menos proximidade e em igual oscilação de intensidade; uma vez que o autor entende produção como aproximar ou trazer para diante, e presença como fazer presente no âmbito espacial.



O foco do livro reside, para Gumbrecht (2010), em se conceber uma experiência estética que oscile entre os efeitos de presença e os efeitos de sentidos. O autor deixa claro, logo que possível, que os dois tipos de efeitos não são complementares entre si, ao contrário, eles evocam tensão e é por meio disto que a experiência estética se instaura nos objetos, ao provocar desequilíbrio e desassossego.

A exemplo do que foi dito, poderemos fracionar a observação da revista entre os efeitos de sentido e de presença; os efeitos de sentido mais superficiais logo nos chegam a mente por meio das chamadas, títulos, associação de cores ao tema, já em um segundo momento podemos sentir a atração física ao toque, associamos as formas e dimensões ao peso, passamos a ponta dos dedos no papel impregnado de tinta, a presença física se revela no mesmo espaço em que habitamos. Por um pequeno instante nos deixamos levar pela materialidade, entretanto logo somos chamados, pelo costume, à interpretação das pistas materiais e aos efeitos de sentido.

Conclusão

De acordo com Felinto (2006) a principal mudança epistemológica sugerida pelo estudo das materialidades da comunicação reside em ultrapassar o questionamento das estruturas de sentidos já dadas e buscar apreender de que modo a materialidade das mídias condiciona a produção de diferentes sentidos e como o sentido em suas formas e estruturas se originam da acoplagem entre diferentes sistemas e materialidades, na acoplagem entre um sujeito e um objeto de comunicação, e entre as partes deste objeto midiático.

Felinto (2006) ainda apresenta duas perspectivas, que argumentam positivamente em relação à aplicação da Teoria das Materialidades da Comunicação em objetos midiático e comunicacionais, como é o caso das revistas nesse artigo, são elas: a primeira trata da aplicação prática da destotalização, ou seja, a teoria das materialidades permite a conciliação de outras teorias e métodos de análise, recusando desta forma o aporte teórico totalitário, podendo agregar à Teoria Semiótica as análises. E a segunda perspectiva se refere ao objeto da comunicação, entendido não como uma entidade metricamente delimitável, mas como a articulação entre sistemas e materialidades, capazes de produzir sentido.

Sobre a Materialidade da Comunicação, podemos assinalar que sua escolha foi consciente de suas lacunas ou, de certa forma, insuficientes, tratando-se de uma teoria



em processo de construção, enfrentando desafios e que ainda não se estabeleceu. Contudo, buscamos com sua aplicação, restabelecer o lugar da materialidade junto aos estudos midiáticos atuais, contribuindo, mesmo que minimamente, com a construção de conhecimentos para com esse ponto de vista, e buscando seu aprimoramento e consolidação.

Vemos na Teoria das Materialidades uma forma de se representar um olhar revigorado, um novo fôlego sobre as questões materiais que a muito percorrem os estudos da Comunicação. Porém, com um olhar menos determinístico, menos engessado; apontando para o fato de que, segundo Hanke (2005), qualquer metodologia aplicada pelas ciências humanas que vise à análise da materialidade deve obter, por fim, de seu percurso o nível interpretativo e desta forma, quem se interessar pela interpretação terá de ponderar as condições materiais de produção de sentido.

REFERÊNCIAS

FELINTO, Erick. **Materialidades da Comunicação**: Por um Novo Lugar da Matéria na Teoria da Comunicação. In: Ciberlegenda, n.5. 2001. Disponível em <<http://www.uff.br/mestcii/felinto1.htm>>. Acessado em 12 de junho de 2011.

FELINTO, Erick. **Passeando no labirinto**: Ensaio sobre as tecnologias e as materialidades da comunicação. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. 116 p.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Corpo e forma**. Organizado por João de Castro Rocha. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. 175 p.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2010. 206 p.

GUMBRECHT, Hans Ulrich: Cascatas da modernização. In João Cezar de Castro Rocha (Org.). **Interseções**: a materialidade da comunicação. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998b. 366 p.

HANKE, Michael Manfred. **Materialidade da Comunicação – Um conceito para a ciência da comunicação?** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28. 2005. Rio de Janeiro. Anais. São Paulo: Intercom, 2005. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R0680-1.pdf>. Acessado em 12 de junho de 2011.

LEMONS, André. **Você está aqui! Mídia locativa e teorias “Materialidades da Comunicação” e “Ator-Rede”**. GT “Comunicação e Sociabilidade”, XIX Encontro da Compós, Rio de Janeiro: UFRJ, junho de 2010. 17 p.